

2023

Notas explicativas dos
Demonstrativos Anuais



PREFEITURA DE
Santos



Sumário

1. Introdução.....	2
2. Notas explicativas dos Demonstrativos Anuais – DCASP.....	3
2.1. Balanço Orçamentário.....	3
2.2. Balanço Financeiro.....	7
2.3 Balanço Patrimonial.....	9
2.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	18
2.5 Demonstrativo da dívida fundada.....	22
2.6 Demonstrativo da dívida flutuante.....	23
2.7 Demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	24
3. Considerações finais.....	25



1. Introdução

A Prefeitura Municipal de Santos é pessoa jurídica de direito público, inscrito no CPNJ 58.200.015/0001-83 com sede administrativa estabelecida na Praça Visconde de Mauá, S/N, Centro, Santos-SP.

As demonstrações contábeis detalhadas nesta nota explicativa são o Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Demonstrativo da Dívida Fundada, Demonstrativo da Dívida Flutuante e Demonstrativo do Fluxo de Caixa referente ao ano de 2023.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição aprovado pela Portaria conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Ministério da Economia (ME) nº 117, de 28 de Outubro de 2021.



2. Notas explicativas dos Demonstrativos Anuais – DCASP

2.1. Balanço Orçamentário

A lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Enquanto isso, a NBC TSP nº 13 exige a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, a ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades, com a finalidade de prestação de contas e responsabilização (accountability).

As atividades operacionais do Município são amparadas pela Lei Municipal nº 4.165, de 28 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – referente a 2023) e pelas demais leis que autorizam os créditos adicionais abertos durante o exercício.

Em 2023, a receita líquida prevista e a despesa fixada na LOA para administração direta (Prefeitura Municipal) foi de R\$ R\$ 3.749.970.000,00.

Detalhamento	Previsão
Receitas Correntes	3.545.609.000,00
Receitas de Capital	398.532.000,00
Deduções da Receita	-194.171.000,00
Total	3.749.970.000,00

Em 2023, o valor total arrecadado foi de R\$ 3.869.662.393,71. A maior parte da receita do município foi proveniente de impostos no valor de R\$ 2.075.928.664,30, equivalente a 53,65% da arrecadação municipal em 2023.

Detalhamento	Valor arrecadado	(%)
RECEITAS CORRENTES	3.709.846.992,25	95,87%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.221.266.176,34	57,40%
Impostos	2.075.928.664,30	53,65%
Taxas	145.337.512,04	3,76%



Contribuições de melhorias	0,00	0,00%
Contribuições	30.798.260,49	0,80%
Receita Patrimonial	77.429.652,71	2,00%
Receita de Serviços	2.902,82	0,00%
Transferências correntes	1.357.768.771,72	35,09%
Outras Receitas Correntes	22.581.228,17	0,58%
RECEITAS DE CAPITAL	159.815.401,46	4,13%
Operações de Crédito	60.793.131,36	1,57%
Alienação de Bens	156.054,80	0,00%
Transferências de Capital	64.013.413,16	1,65%
Outras Receitas de Capital	34.852.802,14	0,90%
TOTAL	3.869.662.393,71	100,00%

Houve aumento na arrecadação de impostos conforme detalhamento a seguir:

Detalhamento	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022	VARIAÇÃO ANUAL (%)
IPTU	656.176.155,43	617.893.272,28	6,20%
Imposto de Renda	196.138.347,84	153.518.370,55	27,76%
ITBI	95.852.846,05	85.377.078,85	12,27%
ISS	1.127.761.314,98	1.035.730.137,33	8,89%
Taxas	145.337.512,04	137.936.281,58	5,37%
contribuição de melhoria	0,00	206.506,86	-100,00%
Total	2.221.266.176,34	2.030.661.647,45	9,39%

Houve aumentos na arrecadação de IPTU no valor de R\$ 38.282.883,15 e no Imposto Sobre Serviço (ISS) no valor de R\$ 92.031.177,65.

Houve aumento na arrecadação de Imposto da Transmissão de Bens Imóveis no valor de R\$ 10.475.767,20, este tributo é devido no momento da aquisição ou transferência de bens imóveis.

Em relação as taxas municipais, a arrecadação teve uma variação aumentativa de R\$ 7.401.230,46.

No geral, a arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria aumentou R\$ 190.604.528,89 em comparação ao exercício anterior, equivalente a um aumento de 9,39%.



A seguir temos os detalhamentos das transferências brutas recebidas pelo município separadas em transferências correntes e de capital.

Detalhamento	Valor arrecadado	(%)
Transferências correntes	1.552.493.210,60	100,00%
União	394.785.085,70	25,43%
Estado	932.489.316,54	60,06%
Instituições privadas	1.310.528,40	0,08%
Transferências outras instituições públicas	223.063.613,06	14,37%
Outras transferências	844.666,90	0,05%

As transferências correntes de outras instituições públicas são referentes aos valores recebidos do FUNDEB – R\$ 222.977.093,06 e da Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) – R\$ 86.520,00.

A seguir temos o detalhamento das receitas de capital.

Detalhamento	Valor arrecadado	(%)
Transferências de Capital	64.013.413,16	100,00%
União	8.508.257,04	13,29%
Estado	55.505.156,12	86,71%

Conforme detalhamento, a maior parte das transferências de capital foi proveniente dos convênios com o Estado.

O balanço orçamentário demonstra as despesas detalhadas por grupo de natureza, conforme quadro abaixo:

Detalhamento	Despesa empenhada 2023	Despesa empenhada 2022	(%)
DESPESAS CORRENTES	3.356.847.453,41	2.887.741.773,71	16,24%
Pessoas e Encargos Sociais	1.482.435.562,95	1.323.977.924,24	11,97%
Juros e Encargos da Dívida	45.940.402,55	40.409.743,66	13,69%
Outras Despesas Correntes	1.828.471.487,91	1.523.354.105,81	20,03%
DESPESAS DE CAPITAL	432.821.063,25	297.628.270,73	45,42%
Investimentos	365.058.851,77	192.981.408,22	89,17%
Inversões Financeiras	28.848.000,34	72.505.603,63	-60,21%
Amortização da Dívida Interna	38.914.211,14	32.141.258,88	21,07%
TOTAL	3.789.668.516,66	3.185.370.044,44	18,97%



Houve aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais no valor de R\$158.457.638,71 em comparação com o exercício anterior.

Em relação aos Investimentos, houve aumento de R\$172.077.443,55. Os grupos de obras e prestação de serviço são responsáveis pela maior parte do aumento de investimentos, variação positiva de R\$ 129.079.254,04 e R\$ 27.801.337,94 respectivamente.

O maior grupo de despesas empenhadas foi registrado na linha Outras despesas correntes. Este grupo agrega as despesas a seguir:

Detalhamento despesas empenhadas	2023	2022	(%)
3.3.50.39 - Outros serviços de terceiros - PJ	7.198.731,40	1.312.496,33	448,48%
3.3.50.41 - Contribuições	10.405.896,00	8.482.683,47	22,67%
3.3.50.43 - Subvenções Sociais	133.198.769,26	125.170.076,48	6,41%
3.3.50.85 - Contrato de Gestão	253.466.198,61	228.999.941,86	10,68%
3.3.50.92- Despesas de exercício anterior	0,00	230.962,18	-100,00%
3.3.70.41 - Contribuições	100.000,00	605.408,20	-83,48%
3.3.90.08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	1.297.513,27	1.469.274,32	-11,69%
3.3.90.18 - Auxílio Financeiro a Estudante	200.000,00	165.000,00	21,21%
3.3.90.30 - Material de Consumo	109.314.840,94	82.072.195,06	33,19%
3.3.90.31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.055.119,21	1.002.094,60	5,29%
3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.452.695,52	23.834.548,26	-14,19%
3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	523.572,09	420.982,37	24,37%
3.3.90.34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	10.683.549,39	5.080.696,86	110,28%
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	37.294.102,11	38.206.961,85	-2,39%
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	874.604.519,57	727.614.994,35	20,20%
3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	61.266.086,47	37.440.920,81	63,63%
3.3.90.41 - Contribuições	20.822.865,45	18.067.615,73	15,25%
3.3.90.46 - Auxílio Alimentação	95.435.248,55	65.336.317,89	46,07%
3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	45.772.873,41	38.533.266,16	18,79%
3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	14.304.413,35	11.456.343,36	24,86%
3.3.90.49 - Auxílio Transporte	2.004.127,47	1.758.392,92	13,97%
3.3.90.91 - Sentenças Judiciais	16.359.926,20	14.266.259,54	14,68%
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	13.367.838,35	3.789.159,80	252,79%
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	20.369.382,45	33.094.107,27	-38,45%



3.3.91.92 - Despesas de Exercícios Anteriores - Intra-Orçamentário	0,00	2.775.992,10	-100,00%
3.3.91.93 - Indenizações e Restituições - Intra-Orçamentário	78.973.218,84	52.167.414,04	51,38%
TOTAL	1.828.471.487,91	1.523.354.105,81	20,03%

Entre os maiores aumentos com despesas estão as despesas de Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. São registradas sob a forma de Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica as despesas orçamentárias decorrente da prestação de serviços por pessoas jurídicas para a Prefeitura, exceto as relativas aos serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC.

As subvenções sociais são as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades beneficiadas visando prestação de serviços essenciais de assistência social, médica ou educacional. As entidades devem ser instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

No encerramento do exercício, foi apurado superávit orçamentário de R\$79.993.877,05. O superávit é a diferença positiva entre a receita arrecadada e a despesa empenhada no exercício.

2.2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Em comparação com o exercício anterior houve um aumento nas receitas orçamentárias do município em 10,86%, equivalente a R\$379.097.925,37.

DESCRIÇÃO	2023	2022	variação (%)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.869.662.393,71	3.490.564.468,34	10,86%
Ordinária	3.277.842.474,18	2.940.921.031,39	11,46%
Vinculada	786.544.358,41	715.485.787,82	9,93%
Alienação de Bens	156.054,80	703.997,50	-77,83%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	144.482,83	286.712,53	-49,61%
Educação	272.305.302,44	262.842.998,91	3,60%



Saúde	269.783.147,27	261.478.376,37	3,18%
Trânsito	7.377,99	9496,85	-22,31%
Assistência Social	7.116.163,14	23.326.372,32	-69,49%
Convênio com Recursos Ordinários	235.906.933,44	165.344.931,15	42,68%
Transferências Especiais da União	1.124.896,50	1.492.902,19	-24,65%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-194.724.438,88	-165.842.350,87	17,42%

Os aumentos mais expressivos foram das receitas ordinárias no valor de R\$336.921.442,79. Essas receitas são de livre aplicação para o setor público, a maior parte proveniente dos impostos.

Em relação às despesas empenhadas houve aumento de R\$ 604.298.472,22, o que representa um aumento de 18,97% em relação ao ano anterior.

DESCRIÇÃO	2023	2022	variação (%)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.789.668.516,66	3.185.370.044,44	18,97%
Ordinária	1.422.081.581,49	1.193.757.845,40	19,13%
Vinculada	2.367.586.935,17	1.991.612.199,04	18,88%
alienação de bens	93.577,91	47.507,00	96,98%
Educação	911.929.025,21	817.381.849,62	11,57%
Saúde	981.385.794,97	873.265.953,66	12,38%
Assistência Social	98.669.589,42	94.591.094,17	4,31%
Convênio com Recursos Ordinários	375.082.347,66	205.552.442,74	82,48%
Transferências Especiais da União	426.600,00	773.351,85	-44,84%

Destaque para o aumento de despesas ordinárias no valor de R\$228.323.736,09. Houve aumento nas despesas vinculadas a Saúde, Educação e Assistência Social.

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Em 2023, houve transferências no valor de R\$ 265.238.152,60, dos quais se destacam os aportes de insuficiência financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Santos no valor de R\$ 134.569.132,75.



A prefeitura repassou à Câmara Municipal de Santos o valor de R\$118.371.000,00. Entretanto houve devolução do duodécimo de R\$30.731.953,00. Este valor é a sobra do que o Legislativo recebe para custear as próprias despesas administrativas. Conforme estabelece a legislação, esse montante não utilizado deve ser devolvido ao Executivo até o final de cada ano.

Os recebimentos e pagamentos extra orçamentários compreendem os ingressos e dispêndios não previstos no orçamento, como os recursos relativos aos depósitos judiciais, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição e pagamento de restos a pagar, entre outros.

O registro das consignações efetuadas pela Prefeitura de Santos é realizado no momento da Liquidação e a baixa efetuada no pagamento.

O saldo do exercício anterior disponível em moeda nacional era de R\$528.924.151,62. No final do exercício de 2023, o saldo disponível é de R\$513.210.748,34.

2.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

Os ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial serviço.

GRUPOS ATIVOS	Valores R\$
Ativo Circulante - Nota 01	1.144.947.852,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	513.210.748,34
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Nota 02	513.210.748,34
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	619.475.266,41



Adiantamentos Concedidos - Nota 03	45.840,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Nota 04	417.739.515,72
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Nota 05	221.209.140,78
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-19.519.230,39
Estoques - Nota 06	12.261.837,32
Almoxarifado	11.606.049,99
Outros Estoques	655.787,33
Ativo não-Circulante – Nota 07	2.624.969.204,36
Ativo Realizável a Longo Prazo	815.397.731,97
Créditos a Longo Prazo – Nota 08	811.121.481,20
Dívida Ativa tributária	741586274,83
Dívida Ativa não tributária	74.745.340,94
(-) Ajustes de perdas de créditos a longo prazo - – Nota 09	-5.210.134,57
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.276.250,77
Investimentos - Nota 10	31.821.573,97
Participações Permanentes	30.771.573,97
Demais Investimentos Permanentes	1.050.000,00
Imobilizado - Nota 11	1.777.749.898,42
Bens Móveis	243.564.711,86
Bens Imóveis	1.542.286.642,75
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-8.101.456,19
TOTAL ATIVO	3.769.917.056,43

Ativo circulante – Nota 01

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional - Nota 02

Neste grupo estão consolidados os saldos bancários das contas correntes, poupança, aplicações financeiras e caixa da Prefeitura, com seus valores em moeda nacional. As contas bancárias vinculadas a saúde são contabilizadas e conciliadas exclusivamente pela secretária de saúde em virtude de sua gestão plena.



Demais créditos e valores a curto prazo

Adiantamentos concedidos – Nota 03

No grupo estão registrados os valores em regime de adiantamento de suprimentos de fundos, que estão aguardando a análise da prestação de contas. De acordo com o art. 68 da lei 4.320/1964, o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Depósitos restituíveis e valores vinculados – Nota 04

No grupo depósitos restituíveis e valores vinculados está registrado o saldo dos valores pagos mensalmente ao Tribunal de Justiça de São Paulo referente aos Precatórios em regime especial. Conforme a Prefeitura recebe os comprovantes de pagamentos dos Precatórios é registrada a baixa contábil na conta.

Outros créditos a receber e valores a curto prazo – Nota 05

Compreende os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Em relação aos ajustes para perdas de crédito a curto prazo, trata-se de valores sem expectativas de recebimento registrados a época da consolidação de contas da C.S.T.C. e lançamentos efetuados pela tesouraria ao longo dos anos que estão sendo analisados para baixa definitiva conforme Processo 53380/2022-37.

Estoque – Nota 06

Compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno da unidade.



Ativo não-circulante – Nota 07

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo – Nota 08

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado – Nota 11

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Segregados em bens móveis e imóveis, depreciados pela diminuição do valor decorrente do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

Passivo

O Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. A seguir temos o quadro do Passivo e Patrimônio Líquido da Prefeitura de Santos.



GRUPOS PASSIVOS	Valores R\$
Passivo Circulante	195.870.999,79
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo – NOTA 12	37.451.599,10
Pessoal a Pagar	3.223.201,55
Benefícios previdenciários a Pagar	13.031,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	451.820,44
Encargos Sociais a Pagar	33.763.545,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Nota 13	93.504.736,91
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	93.504.736,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo - Nota 14	6.401,48
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	6.401,48
Demais Obrigações a Curto Prazo – Nota 15	64.908.262,30
Valores Restituíveis	64.217.281,47
Outras Obrigações a Curto Prazo	690.980,83
Passivo não-Circulante	966.684.588,55
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	224.708.743,28
Pessoal a Pagar – Nota 16	209.898.973,53
Encargos Sociais a Pagar - Nota 17	14.809.769,75
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Nota 18	462.361.985,25
Empréstimos a Longo Prazo – Interno	392.035.952,49
Empréstimos a Longo Prazo – Externo	70.326.032,76
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo - Nota 19	279.613.860,02
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	279.613.860,02
PATRIMÔNIO LIQUIDO - Nota 20	2.607.361.468,08
Patrimônio Social, capital social e demais reservas	12.344.101,07
Resultados do Exercício	121.320.232,34
Resultados do Exercícios Anteriores	2.475.704.909,22
Ajustes de Exercícios Anteriores - - Nota 21	-2.007.774,55
TOTAL	3.769.917.056,42

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar Curto Prazo – Nota 12

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios previdenciários e assistenciais,



inclusive os precatórios (Requisição de Pequenos Valores) decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Nota 13

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo - Nota 14

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo – Nota 15

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Pessoal a Pagar a longo prazo – Nota 16

Agrupa os precatórios de pessoal a pagar registrados na contabilidade de ações ajuizadas antes de 05/05/2000 e a partir de 05/05/2000.



Encargos Sociais a Pagar a longo prazo - Nota 17

Compreende os acordos de parcelamentos de encargos sociais firmados pela Prefeitura de Santos. A seguir temos o saldo detalhado dos parcelamentos em 31/12/2023.

Descrição Parcelamentos	Valor R\$
FGTS	956.251,18
Contribuição Patronal – IPREV - LEI 105/ 2021	6.133.498,75
INSS	7.068.331,12
PASEP	651.688,70
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	14.809.769,75

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Nota 18

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos (operações de crédito) a longo prazo. A seguir temos o detalhamento das operações de crédito/financiamento.

DETALHAMENTO OPERAÇÃO DE CRÉDITO	Valor R\$
Finisa - Infraestrutura e Saneamento	19.958.488,51
Finisa 2 - Infraestrutura e Saneamento	49.524.156,80
FINISA 3 - Infraestrutura e Saneamento	46.047.730,58
PAC 2 - Mobilidade media cidades	231.539.403,49
CPAC	10.074.993,65
M. CIDADES - SANEAMENTO PARA TODOS	29.241.765,21
BNDES - PMAT CCO	5.649.414,25
Santos novos tempos (Financiamento externo)	70.326.032,76
TOTAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO	462.361.985,25

Em relação ao empréstimo Santos novos tempos, o valor da dívida foi calculado considerando o valor do dólar de R\$5,0834 na data 31/12/2023. O saldo da dívida em dólar é de \$ 13.834.447,96.



Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo - Nota 19

Agrega os precatórios de Fornecedores e Contas a pagar registrados na contabilidade de ações ajuizadas antes de 05/05/2000 e a partir de 05/05/2000.

Patrimônio Líquido - Nota 20

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Formado pelo Patrimônio social, reserva de capital e resultados acumulados.

As contas do ativo e passivo também são classificadas em Permanente ou Financeiro. O grupo permanente depende de autorização legislativa. Em relação ao financeiro independe de autorização orçamentária. A seguir temos o detalhamento dos grupos.

DETALHAMENTO ATIVOS E PASSIVOS PERMANENTES			
TÍTULOS ATIVOS	Valor	TÍTULOS PASSIVOS	Valor
Crédito e Valores	848.443.445,28	Pessoal a Pagar	28.689.229,68
Investimentos e Aplicações Temporárias	31.821.573,97	Encargos Sociais	14.809.769,75
Estoques	12.261.837,32	Empréstimos e Financiamentos	462.361.985,25
Imobilizado	1.777.749.898,42	Fornecedores/Contas a Pagar	45.264.757,96
TOTAL ATIVO PERMANENTE	2.670.276.754,99	TOTAL PASSIVO PERMANENTE	551.125.742,64

ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
TÍTULOS ATIVOS	VALOR	TÍTULOS PASSIVOS	VALOR
Caixa e Equivalentes de Caixa	513.210.748,34	Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	611.429.845,70
Créditos e Valores a curto prazo	586.429.553,10	Pessoal a Pagar	184.432.945,40
Investimentos e Aplicações Temporárias		Benefícios Previdenciários	13.031,85
Imobilizado		Benefícios Assistenciais	451.820,44
Outros Ativos Financeiros		Encargos Sociais	33.763.545,26
		Fornecedores/Contas a Pagar	327.853.838,97
		Obrigações Fiscais	6.401,48
		Demais Obrigações	64.908.262,30



		Outros Passivos Financeiros	
		Restos a Pagar Não Processados	257.305.689,47
TOTAL ATIVO FINANCEIRO	1.099.640.301,44	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	868.735.535,17
SUPERÁVIT FINANCEIRO	230.904.766,27		

O confronto entre o ativo financeiro e passivo financeiro aponta para um superávit financeiro de R\$230.904.766,27 em 2023.

A seguir temos o detalhamento do resultado financeiro, agrupado na conta de resultados acumulados, grupo Superávit ou Déficit do Exercício, observar que não existe arrecadação em Fonte 08, a fonte foi criada em atendimento ao Tribunal de Contas de São Paulo para identificar os gastos oriundo de emenda parlamentar individual.

DETALHAMENTO FONTE DE RECURSO	
FONTE 01 - TESOURO	168.504.239,44
FONTE 02 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS ESTADUAIS- VINCULADOS	39.575.286,41
FONTE 03 - RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS	73.540.347,03
FONTE 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS	-560.726,85
FONTE 06 - OUTRAS FONTES DE RECURSO	13.041.529,06
FONTE 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-31.022.325,33
FONTE 08 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	-32.173.583,49
Apuração resultado financeiro	230.904.766,27

Ajustes de exercícios anteriores - Nota 21

A conta de ajustes de exercícios anteriores pertence ao grupo de resultados acumulados. De acordo com o § 1º do art. 186 da Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades por Ações (S.A.), serão considerados como ajustes de exercícios



anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em virtude do Manual de contabilidade aplicada ao setor público 9ª edição não trazer um roteiro contábil efetivo para a realização da escrituração de ajustes do exercício anterior, foram elaborados estudos e pesquisas em conjunto entre a Controladoria do Município e o Departamento de Controle Financeiro (Secretaria de Finanças), as instruções resultantes dos estudos foram consolidadas através do Processo Administrativo 57488/2019-30.

Em 2023 houve ajuste referente a correção de notas de pagamentos emitidas em exercícios anteriores indevidamente e pagamentos não registrados no exercício de competência, apurados individualmente em cada processo.

2.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. Em 2023 o resultado foi de R\$ 121.320.232,35.

A seguir temos o quadro comparativo das variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2023 em relação ao ano anterior:



VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
TÍTULOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO ANUAL (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.250.020.976,96	2.012.249.425,71	11,82%
Contribuições	30.798.260,49	25.927.093,20	18,79%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.902,82	2.399,08	21,00%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	181.494.193,53	118.729.464,48	52,86%
Transferências e Delegações Recebidas	1.649.295.508,77	1.348.205.728,48	22,33%
Transferências Intra Governamentais	30.731.953,00	37.353.276,49	-17,73%
Transferências Inter Governamentais	1.614.264.908,46	1.307.722.134,94	23,44%
Transferências das Instituições Privadas	1.310.528,40	547.722,37	139,27%
Transferências das Instituições Multigovernamentais	86.520,00	40.352,96	114,41%
Execução Orçamentária Delegada	2.056.932,01	1.868.092,35	10,11%
Transferências de Pessoas Físicas	844.666,90	674.149,37	25,29%
Valorização e Ganhos com Ativos	8.655.782,70	18.879.101,79	-54,15%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	55.416.215,59	38.695.148,71	43,21%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	4.175.683.840,86	3.562.688.361,45	17,21%

As transferências intragovernamentais são transferências realizadas no âmbito municipal. Em 2023, o município recebeu R\$ 30.731.953,00 referente à devolução do duodécimo da Câmara Municipal.

Em relação as transferências Intergovernamentais, estão inclusos os valores repassados pela União, Estado e Município por determinação constitucional e legal, além dos repasses via convênio e de forma voluntária. No ano, o valor repassado pela União foi de R\$ 403.293.342,74 e o valor repassado pelo Estado foi de R\$1.210.971.565,72.

A seguir temos o detalhamento das transferências recebidas da União:



Detalhamento transferências inter-governamentais - UNIÃO	2023	2022	Variação(%)
COTA-PARTE FPM	123.497.204,54	97.884.336,04	26,17%
COTA-PARTE ITR	83.472,62	59.271,88	40,83%
Transferências de Recursos do SUS	206.676.270,07	193.238.652,62	6,95%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	37.258.356,36	27.570.650,97	35,14%
TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	7.321.421,95	10.009.344,71	-26,85%
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.496.433,52	1.410.148,18	147,95%
OUTRAS Transferências	24.960.183,68	48.087.449,05	-16,70%
total	403.293.342,74	378.259.853,45	6,62%

Houve aumento nos recursos repassados via COTA-PARTE FPM, Recursos SUS e Fundo Nacional da educação em comparação ao exercício anterior. Houve redução nas transferências de convênios da União.

A seguir temos o detalhamento das transferências recebidas do Estado de São Paulo:

Transferências Inter-OFSS- ESTADO	2023	2022	Variação(%)
COTA-PARTE ICMS	552.813.145,27	467.579.950,85	18,23%
COTA-PARTE IPVA	122.028.670,22	96.765.847,36	26,11%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	11.891.532,21	12.601.850,91	-5,64%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	54.000.000,00	96.785.019,29	-44,21%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DA SAÚDE	6.446.229,66	12.447.480,11	-48,21%
COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	3.254.967,98	2.730.701,35	19,20%
TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	1.916.163,72	2.147.641,61	-10,78%
COTA-PARTE CIDE	40.999,85	203.059,33	-79,81%
FUNDEB	222.977.093,06	223.711.043,48	-0,33%
total	975.368.801,97	914.972.594,29	6,60%

A maior variação e arrecadação no período foi referente a COTA-PARTE ICMS, aumento de R\$ 236.051.094,18. A segunda maior variação no exercício foi referente à cota-parte do IPVA no valor de R\$ 55.940.349,15.

Em relação as variações patrimoniais diminutivas, houve um aumento em comparação ao ano anterior conforme detalhamento a seguir.



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
TÍTULOS	2023	2022	Variação(%)
Pessoal e Encargos	1.455.148.259,70	1.303.299.094,63	11,65%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.445.718,42	13.048.087,88	18,38%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.352.448.638,47	972.204.996,04	39,11%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	48.189.475,06	47.714.629,52	1,00%
Transferências e Delegações Concedidas	869.519.785,98	617.038.068,82	40,92%
Transferências Intragovernamentais	265.238.152,60	241.288.297,05	9,93%
Transferências Inter Governamentais	194.724.438,88	0,00	-
Transferências a Instituições Privadas	409.502.042,30	375.209.010,77	9,14%
Transferências a Instituições Multigovernamentais	55.152,20	540.761,00	-89,80%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	38.060.990,13	57.107.853,44	-33,35%
Tributárias	63.190.346,89	54.847.679,41	15,21%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	212.360.393,86	161.220.626,63	31,72%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	4.054.363.608,51	3.226.481.036,37	25,66%

Houve aumento de R\$ 380.243.642,43 no grupo uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, grande parte deste aumento é referente aos serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, a seguir temos o detalhamento:

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO ANUAL (%)
Material de consumo	149.336.943,65	100.836.110,64	48,10%
Serviços	1.203.111.694,82	871.368.885,40	38,07%
Serviços Terceiros – Pessoa Física	45.749.146,71	42.252.505,38	8,28%
Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	1.147.197.770,28	824.495.212,59	39,14%
Contrato terceirização por Substituição de mão de obra - art 18 1º, LC 101/2000	10.164.777,83	4.621.167,43	119,96%
TOTAL -	1.352.448.638,47	972.204.996,04	39,11%



Em relação as transferências concedidas a instituições privadas, houve aumento de R\$ 34,29 milhões no exercício, conforme detalhamento:

TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO ANUAL (%)
CONTRIBUIÇÕES	10.357.204,07	8.637.510,85	19,91%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	132.087.450,74	123.524.567,18	6,93%
CONTRATO DE GESTÃO	182.987.980,43	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	84.069.407,06	243.046.932,74	-65,41%
TOTAL - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	409.502.042,30	375.209.010,77	9,14%

Para o exercício de 2023 foi criado pela Secretária do Tesouro Nacional a conta contábil específica de despesa com contrato de gestão, desmembrando os valores que estavam agrupados em outras transferências a instituições sem fim lucrativo.

2.5 Demonstrativo da dívida fundada

Conforme definição da LRF 101/2000, a dívida fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

TÍTULOS	2023	2022	VARIAÇÃO ANUAL (%)
Precatórios	456.467.033,24	417.015.012,59	9,46%
Débitos Parcelados	15.090.865,25	19.472.550,04	-22,50%
Operações de Crédito	462.361.985,25	427.417.204,99	8,18%
Financiamentos Internos	392.035.952,49	346.885.894,81	13,02%
Financiamentos Externos	70.326.032,76	80.531.310,18	-12,67%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	933.919.883,74	863.904.767,62	8,10%

Ao observar o quadro acima, verificamos que houve uma variação de R\$ 70.015.116,12 na dívida fundada do município.



Os precatórios do município estão todos enquadrados no regime especial de pagamento, em conformidade com a Emenda Complementar nº 109/2021.

A Prefeitura Municipal de Santos efetua mensalmente, em conta específica, depósitos regulares de valores destinados ao pagamento de precatórios, estabelecido por percentual sobre a receita corrente líquida, apurados pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 2023, o valor total depositado para o tribunal de Justiça foi de R\$ 79.595.188,38.

Ressaltamos que existe um atraso nas baixas contábeis de precatórios tendo em vista que devemos aguardar o recebimento dos processos enviados pelos tribunais, com os documentos comprobatórios de pagamentos.

Observar que na dívida fundada do município está incluso apenas os precatórios ajuizados a partir de 05/05/2000 conforme orientações MDF 13ª Edição.

Em virtude deste relatório ser individual da Prefeitura de Santos, não consta o parcelamento da Caixa de Pecúlios com o INSS no valor de R\$225.192,18. O parcelamento está incluso nos Relatórios de Gestão Fiscal do Município.

2.6 Demonstrativo da dívida flutuante

A dívida flutuante abrange as obrigações de curto prazo (inferior a 12 meses). De acordo com a Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, os depósitos consignados e débitos de tesouraria.



Em 2023, houve aumento no saldo de restos a pagar no valor de R\$104,55 milhões conforme detalhamento a seguir:

RESTOS A PAGAR	2022	inscrição	baixa	2023
Processados	67.153.893,49	126.319.066,49	62.301.634,24	131.171.325,74
Não Processados	217.226.297,60	233.168.202,98	192.627.499,02	257.767.001,56
TOTAL	284.380.191,09	359.487.269,47	254.929.133,26	388.938.327,30

Os depósitos consignados incluem as retenções de encargos sociais, IRRF, contribuições sindicais, empréstimos consignados, entre outros valores retidos a pagar.

Os depósitos judiciais são as retenções por determinação legal. Em relação aos depósitos não judiciais, estão inclusas as cauções registradas na contabilidade. Os demais valores que não foram classificados anteriormente estão inclusos no grupo outros valores restituíveis.

2.7 Demonstrativo do Fluxo de Caixa

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Prefeitura de Santos é elaborado pelo método direto e evidencia as movimentações de caixa ocorridas no período através do fluxo das atividades operacionais, de investimento, e de financiamento. A seguir temos o quadro sintético das variações ocorridas no ano de 2023.

DESCRIÇÃO	Exercício atual
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	528.924.151,62
Fluxo de caixa das atividades operacionais	188.174.859,16
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-293.624.583,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	89.736.320,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	513.210.748,34



As atividades operacionais compreendem os ingressos e saídas de caixa relacionados com a ação pública.

Os ingressos são referentes a arrecadação de tributos do município, transferências recebidas da União e Estado, entre outros não classificados como investimento ou financiamento. Em relação aos desembolsos são todos os gastos relacionados a atividade pública.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativos não circulantes.

Em relação ao fluxo de financiamento compreende os recursos relacionados a captação (ingresso) e amortização (desembolso) de operações de crédito.

No período houve uma variação negativa de R\$15.713.403,28 no caixa da Prefeitura Municipal de Santos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes e complementares aos demonstrativos anuais.

VINICIUS MARTINS MACEDO
CONTADOR
CRC: 320.225/O-0/SP

MONICA CARVALHO SANTOS
CHEFE DO DECONFI
CPF: 159.173.488-63

ADRIANO LUIZ LEOCADIO
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF: 266.277.628-54

ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 108.436.928-12